

Resumo de notícias econômicas

30 de Novembro de 2021 (terça-feira)

Ano 3 n. 224

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 30 NOVEMBRO DE 2021

- **Gestão de Estados deve ter liderança e continuidade**
- **Falta de chip inviabiliza montadora cumprir regra de emissão**
- **Petróleo e Braskem dão ânimo à Petrobras na B3**
- **Juros altos pressionam setor de construção**
- **Caso Stone abre dúvida sobre crédito em fintechs**
milhões
- **Antecipação de recebível é apelidada de ‘crédito-fumaça’**
- **Ânima recebe R\$ 1 bi para educação na área médica**
- **Preço de ação do Nubank é alto, diz Suno Research**
- **Decisão do STJ põe em xeque atuação do Airbnb no Brasil**
- **Plano da Petrobras deve favorecer alta das ações**
- **Grandes empresas brasileiras avaliam trocar B3 por bolsa americana**
- **A nova ameaça à retomada mundial**
- **Privatização deve render R\$ 16 bi a portos**

Gestão de Estados deve ter liderança e continuidade (30/11/2021)

O Estado de S. Paulo.

A combinação de liderança do governador, com diagnóstico adequado sobre como conter gastos e ampliar receitas, equipe econômica tecnicamente preparada e continuidade nas políticas públicas faz a diferença para garantir boa gestão das contas dos Estados. O controle na despesa com o pagamento dos funcionários públicos, ativos e aposentados, é ponto central na boa gestão. A avaliação é dos economistas Guilherme Tinoco e Fábio Giambiagi, especialistas em contas públicas, que organizaram, ao lado de Victor Pina Dias, o recém-lançado livro *O Destino dos Estados Brasileiros* (ed. Lux). Os três organizadores do livro são economistas do BNDES.

A obra reúne artigos de diversos especialistas em finanças públicas, como Felipe Salto e Vilma da Conceição Pinto, da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Gabriel Leal de Barros, economista chefe da gestora RPS Capital e ex-diretor da IFI, Sérgio Gobetti, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e assessor econômico do governo do Rio Grande do Sul, **Mauro Benevides, deputado federal e secretário de Planejamento e Gestão do Ceará**, e Paulo Tafner, da Fipe.

Os textos discorrem sobre o quadro fiscal de 12 dos 27 Estados, escolhidos de forma a representar todo o tipo de situação – grandes e pequenos, com contas em dia e desequilibradas, contemplando todas as regiões do País.

Tanto Tinoco quanto Giambiagi consideram que o pior ficou para trás na crise fiscal dos Estados. De 2014, quando a economia brasileira entrou em recessão, a 2020, quando houve ajuda federal excepcional para os Estados enfrentarem a crise causada pela covid-19, 16 das 27 unidades da federação melhoraram seus indicadores de endividamento. De 2017, fim da recessão anterior à pandemia, a 2020, houve uma melhora em termos do peso dos gastos com pessoal em relação às receitas.

Falta de chip inviabiliza montadora cumprir regra de emissão (30/11/2021)

O Estado de S. Paulo.

Com a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro, da nova norma de emissões de poluentes do Proconve, chamada de L7, há risco de milhares de carros que estão

incompletos nos pátios não receberem a tempo os itens eletrônicos importados da Ásia e terem de ser descartados. A nova norma estabelece que os carros que atendem à legislação atual sejam produzidos até dezembro e vendidos até março do próximo ano. Se os chips não chegarem a tempo e o final da montagem ficar para janeiro, por exemplo, esses modelos não poderão ser comercializados, causando prejuízos às fabricantes. Algumas montadoras, como a Renault, já encaminharam ao governo pedido para que seja aberta uma brecha na legislação para que os carros que virarem o ano incompletos nos pátios possam ser concluídos em até três meses.

A Anfavea vem alertando o governo sobre esse problema há alguns meses, mas informa que a busca de uma solução junto aos órgãos competentes do governo está a cargo das próprias empresas, pois cada uma tem situações diferentes.

A General Motors, que teve uma de suas fábricas paralisada por quase cinco meses por falta de semicondutores, informa que não terá qualquer problema em atender a L7 a partir de janeiro. A Volkswagen, que tem 1,5 mil funcionários da fábrica do ABC paulista em lay-off em razão da escassez de chips, informa que espera receber os componentes a tempo de completar os carros que estão parados no pátio até o fim do ano. Outras marcas, como Honda, Nissan e Caoa/chery afirmam que a Anfavea é que deveria se pronunciar sobre o tema e a Toyota afirma que vai cumprir as novas normas.

Petróleo e Braskem dão ânimo à Petrobras na B3 (30/11/2021)

REUTERS

As ações ligadas ao setor de commodities sustentaram as altas ao longo da segunda metade do pregão ontem, contribuindo para o desempenho do Ibovespa. Os papéis ON da Petrobras subiram 3,39% e os PN, 3,51% (PN), puxados pelo respiro do petróleo. A alta também refletiu a intenção da estatal de vender sua participação integral na Braskem, que subiu 3,65%.

Juros altos pressionam setor de construção (30/11/2021)

Broadcast.

Os papéis das empresas ligadas à construção civil registraram novas quedas, pressionados pelos juros em alta. O recuo mais expressivo do dia foi o da Cyrela, de 3,7%, seguido por Eztec (-1,40%), MRV (0,97%), Even (-0,66%) e Gafisa (-0,50%). Na

contramão, a Cury teve alta de 1,33%. Para Rafael Passos, sócio da Ajax, o setor de construção não conseguiu reverter a percepção de risco mais alto.

Caso Stone abre dúvida sobre crédito em fintechs (30/11/2021)

O Estado de S. Paulo.

A quebra da fintech inglesa de crédito Greensill, no começo do ano, ligou o primeiro alerta sobre os modelos de concessão de empréstimos de empresas financeiras não ligadas a bancos. Esse temor voltou a rondar investidores após a brasileira Stone, que interrompeu as concessões após um salto na inadimplência, não conseguir transmitir com clareza quando vai voltar a emprestar dinheiro. Mas isso pode representar um risco sistêmico? Para os analistas, não. No entanto, a Stone, que viu suas ações caírem 80% este ano, está concentrada no segmento considerado mais delicado: as linhas de empréstimos garantidas por previsões de vendas futuras pelos lojistas, que possuem chance de não se confirmarem em um cenário de economia fraca no Brasil,

Para analistas, a fatia do crédito concentrada nas mãos das fintechs é pequena. Só o Bradesco liberou R\$ 30 bilhões por canais digitais até setembro – mais do que as fintechs juntas. As estimativas do setor são de que as fintechs de crédito vão liberar de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões em 2021. Entidades que representam fintechs afirmam que o segmento tem modelos sólidos para evitar inadimplência. “As fintechs atuam em nichos mal servidos pelos bancos”, explica o presidente da Associação Brasileira de Crédito Digital, Sandro Reiss, frisando que os índices de calotes são parecidos dos grandes bancos. O Nubank tem taxa de inadimplência de 3,3%, considerando atrasos acima de 90 dias no cartão de crédito, abaixo da média nacional, de 4,8%.

E as mudanças regulatórias, como o open banking e o cadastro positivo, podem reduzir a desvantagem de informação dos novos players ante os bancos, avalia Carlos Macedo, analista associado à Ohmresearch. A proliferação de fintechs de crédito é uma realidade no Brasil, mas vem acontecendo em ritmo mais acelerado em outros países, como a China. O diretor executivo da Accenture, Maurício Barbosa, observa que a oferta de crédito na Ásia atraiu gigantes do varejo, como o Alibaba. Para ele, o aumento de instituições não causaria aumento de inadimplência.

Antecipação de recebível é apelidada de ‘crédito-fumaça’ (30/11/2021)

O Estado de S. Paulo.

O crédito que usa como garantia as expectativas para vendas futuras de uma empresa é um dos postos-chave dos temores do mercado em relação às fintechs das últimas semanas. Nesse sentido, estão na berlinda justamente as adquirentes, ou empresas de maquininhas de cartão, que costumam atuar fortemente nesse nicho.

No mercado, esse financiamento que conta com faturamento futuro é apelidado de “crédito-fumaça”. Segundo Carlos Macedo, analista ligado à plataforma Ohmresearch, é uma operação altamente sensível a solavancos da atividade econômica – justamente a situação que o Brasil vive hoje, com sucessivas revisões para baixo do crescimento tanto para o ano que vem. “Se o cliente toma crédito neste mês, e as vendas caem no seguinte, aquela garantia não existe”, resume.

A Stone não quis se pronunciar. Na época de sua divulgação de resultados, no entanto, a companhia informou que está reestruturando seu produto de crédito para utilizar outras formas de garantia. O crédito-fumaça é uma aposta do setor de adquirência, mas há diferenças entre cada uma delas. Em empresas como Cielo, Rede e Getnet, a maior parte desse tipo de crédito é feita pelos bancos às quais as companhias estão ligadas – Bradesco, BB, Itaú e Santander, e não pela adquirente em si.

Ânima recebe R\$ 1 bi para educação na área médica (30/11/2021)

Broadcast

A Ânima Educação informou ontem ter fechado acordo com a DNA Capital, investidora global no mercado de saúde. A parceria consiste em aporte de R\$ 1 bilhão que será empregado na Inspirali, sua subsidiária de educação médica.

Pelo acordo, a participação da DNA Capital no capital social da Inspirali corresponderá, na data de fechamento, a 25% do negócio, com o restante ficando com a Ânima. A Inspirali tem 10 mil alunos em 14 instituições. Nos primeiros nove meses de 2021, teve receita líquida de R\$ 436,6 milhões.

Preço de ação do Nubank é alto, diz Suno Research (30/11/2021)

O Estado de S. Paulo.

A casa de análise Suno Research não recomenda a participação no IPO do Nubank, prevista para dezembro em Nova York. A avaliação é de que o banco digital tem potencial de crescimento, mas que cobra preço alto pelos papéis. “Ficáramos mais do que felizes de investir no Nubank a um bom preço”, escreveram os analistas João Daronco, Lincon Broedel e Tiago Reis. “O Nubank apresenta uma precificação em linha com o que o mercado internacional está pagando aos maiores bancos digitais, mas não é porque o mercado está pagando que iremos pagar.”

Decisão do STJ põe em xeque atuação do Airbnb no Brasil (30/11/2021)

O Estado de S. Paulo.

Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) permitiu a um condomínio no Paraná barrar a locação temporária de imóveis. Embora a medida não proíba a atividade no Brasil, a permissão pode ter impacto para o Airbnb, plataforma online que oferece esse serviço. A sentença faz parte de uma ação proposta por um morador do edifício que pretendia anular na Justiça decisão condominial proibindo a locação de unidades residenciais por prazo inferior a 90 dias. Em primeira instância, o morador conseguiu decisão favorável, mas o condomínio recorreu – e o caso foi para o STJ.

O entendimento da terceira turma do STJ é de que não há ilegalidade da restrição imposta pelo condomínio. “Nenhuma ilegalidade ou falta de razoabilidade na restrição imposta pelo condomínio réu, a quem cabe decidir acerca da conveniência, ou não, de permitir a locação das unidades autônomas por curto período”, disse o relator do processo, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. O advogado especialista em direito imobiliário Rodrigo Cavalcante afirma que “o STJ entendeu que o regulamento interno e a convenção dos condomínios têm força de lei entre os moradores”, acrescenta.

No entanto, a decisão não deve ter impactos significativos nos resultados nem na performance das ações da plataforma, de acordo com a avaliação de Rodrigo Lima, analista da Stake. Ele pondera que a operação brasileira do Airbnb não tem relevância

para a receita da companhia. Em nota, a Airbnb ressaltou que a decisão não determina a proibição da locação por plataformas digitais em condomínios, e o julgamento se refere a uma situação de um condomínio. “O aluguel por temporada no Brasil é legal, previsto na Lei do Inquilinato e não configura atividade hoteleira.”, afirmou a empresa.

Plano da Petrobras deve favorecer alta das ações (30/11/2021) **O Estado de S. Paulo.**

A Petrobras divulgou, na última semana, seu novo plano estratégico para o período de 2022 a 2026, prevendo investimentos de US\$ 68 bilhões, um aumento de US\$ 13 bilhões em relação ao plano anterior.

Ao mesmo tempo, anunciou sua nova política de distribuição de dividendos, que prevê pagamentos trimestrais e valor mínimo anual de US\$ 4 bilhões quando o preço médio do petróleo tipo Brent for superior a US\$ 40/bbl.

As notícias foram bem recebidas por investidores e devem ter impacto positivo sobre as ações, segundo analistas. O chefe de análise de ações da Órama, Phil Soares, vê espaço para a valorização do papel, pois considera que a empresa está barata perto de petroleiras estrangeiras. Em seus cálculos, como o plano de remuneração sinaliza uma distribuição de dividendos de US\$ 60 bilhões a US\$ 70 bilhões até 2026, o dividend yield das ações da Petrobras ficaria perto dos 20%, considerando o valor de mercado atual, que é de cerca de US\$ 67 bilhões, porcentual bem expressivo.

O plano também abre espaço para alta das ações na medida em que sinaliza forte geração de caixa à frente e respalda o planejamento de longo prazo, baseado no aporte em prospecção e exploração, áreas onde tem maior vocação e retorno.

Grandes empresas brasileiras avaliam trocar B3 por bolsa americana (30/11/2021) **O Estado de S. Paulo.**

Um grupo de empresas brasileiras com ações na B3 – entre elas, Banco Inter, Locaweb, Americanas e Natura – se prepara para negociar seus papéis nos EUA. Depois de o País ter visto um movimento de companhias abrindo capital diretamente em Nova

York, como a XP e a Stone, agora empresas tradicionais, que já têm papéis listados no mercado de São Paulo, buscam migrar para o exterior. Por trás dessa movimentação, está a busca por estabilidade e menor exposição ao risco Brasil, além da facilidade de acesso a novos investidores para financiar ambições de internacionalização. O índice S&P 500 registrava alta de 22% no ano, enquanto a Nasdaq exibiu variação de 20%. Na contramão, o Ibovespa baixa de 14%. Para fazer esse movimento rumo a Nova York, as empresas terão de abrir uma sede lá fora – a Natura, por exemplo, deve optar por uma holding. O conselho do Inter deu o aval para a mudança. Já a Locaweb, de serviços digitais, e a gigante Americanas estão se organizando para trilhar o mesmo caminho.

Mas o que muda na prática? As empresas passariam a ter uma dupla listagem em Bolsa – com recibos de suas ações (os chamados BDRs) oferecidos na B3, mas tendo os EUA como o mercado principal para a negociação dos seus papéis. E passariam a se reportar também ao regulador americano.

Do lado dos investidores, em vez de ter nas mãos diretamente ações da companhia, passariam a ter acesso aos BDRs. E aí, além do risco da variação do mercado, teriam de enfrentar as flutuações do câmbio. Se alguma empresa vier mudar seus papéis para os EUA, o investidor local terá dois caminhos: receber o valor equivalente ao papel em BDR ou, então, vender a ação. As empresas brasileiras com planos engatilhados para mudar a listagem de suas ações para os Estados Unidos afirmam que o movimento poderá agilizar a captação de recursos para avançar em estratégias de internacionalização. Mas, além disso, a migração servirá a outro propósito: fugir da aversão do mercado internacional ao Brasil da turbulência política e econômica.

A lista de empresas de malas prontas para Nova York cresce. O banco Inter pavimentou o caminho para ir ao exterior. Outro caso de migração de ações é o da empresa de tecnologia Locaweb, que abriu capital na B3 no início de 2020. A oferta abriu as portas para que outras empresas do setor vissem a Bolsa local como opção para acelerar os negócios. A Locaweb já fez diversas aquisições no mercado desde a abertura de capital. Agora, com mais musculatura, quer avançar fora das fronteiras – por ora, a companhia diz que a migração está apenas em fase de estudo. Para a Natura, uma eventual troca refletiria o fato de que boa parte de suas receitas está fora do País – a companhia é dona das marcas The Body Shop, Avon e Aesop.

A nova ameaça à retomada mundial (30/11/2021)

O Estado de S. Paulo.

Consequência da recuperação da economia mundial, o crescimento da demanda por transporte marítimo resultou num encarecimento tão forte dos fretes que ameaça a retomada global e força o aumento de preços. Se o problema persistir até 2022, os preços dos produtos importados poderão subir até 11%. Caso isso ocorra, os preços para os consumidores aumentarão 1,5% até 2023. São projeções da Agência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad) em relatório sobre transportes marítimos. Países menos desenvolvidos devem ser mais prejudicados do que os demais.

No Brasil, a alta da inflação por conta desse problema pode alcançar 1,2%, menos do que a média projetada para o mundo. Mas a situação interna está longe de ser mais tranquilizadora do que a de outros países, pois problemas específicos, como desvalorização da moeda mais acentuada do que em outros países e a lenta evolução da produção e do emprego. Incertezas no plano político pressionam os preços internos.

A pandemia mudou as formas do consumo no mundo. Tendo de ficar mais tempo em casa, com restrições a atividades públicas, as pessoas passaram a utilizar mais os sistemas de compras online, sobretudo de bens e menos de serviços. Demandas por computadores e eletroeletrônicos cresceram, o que gerou problemas de suprimento de componentes, como os semicondutores. À medida que crescia a demanda, a cadeia de suprimentos se interrompia em vários pontos, afetando a produção.

À limitada capacidade de suprimento de diversos itens juntaram-se outros obstáculos ao comércio internacional. De início, o transporte marítimo mundial foi afetado pela falta de contêineres. Soma-se a alta dos fretes. O índice de custo do transporte de um contêiner de 1 TEU (medida padrão de um contêiner) na rota Xangai-Europa passou de US\$ 1.000 em junho para US\$ 4.000 em 2020. Chegou a US\$ 7.395 no fim de julho deste ano, mostra a Unctad. 80% do comércio mundial é feito por navios.

Privatização deve render R\$ 16 bi a portos (30/11/2021)

O Estado de S. Paulo.

Demanda antiga de alguns investidores e do setor produtivo, a privatização das Companhias Docas e autoridades portuárias deve gerar, na primeira fase, investimentos

de mais de R\$ 16 bilhões em apenas três portos: Espírito Santo, São Sebastião e Santos. O valor é equivalente a todo o montante que as empresas públicas deixaram de investir entre 2000 e 2020, segundo dados da CNI. Nesse período, as administradoras dos portos conseguiram aplicar apenas 30% do orçamento previsto.

A expectativa é de que o primeiro edital, da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), seja publicado e o leilão, realizado até abril de 2022. Esse seria um teste para privatizar a Santos Port Authority (SPA), que administra o maior porto da América Latina em 2022. Mas o processo deve enfrentar resistência de usuários, que temem aumento nas tarifas portuárias com a transferência da administração para uma empresa privada.

Os portos organizados funcionam como um shopping center, em que a administração portuária é o síndico do shopping e as lojas, os terminais. Desde a década de 90, com o processo de modernização dos portos, os terminais são – em sua maioria – privados. As Companhias Docas, porém, são entidades públicas com problemas inerentes de estatais, como críticas de ineficiência e interferência política.

Atualmente, o País tem sete Companhias Docas (PA, CE, RN, BA, ES, RJ e SP) e outras autoridades portuárias, como a que administra Itajaí (SC). Elas são responsáveis pelo funcionamento do porto, seja na chegada do navio, seja do caminhão, seja do trem. Por isso, precisam investir na infraestrutura de acesso, o que vem sendo insuficiente.

Segundo o secretário Nacional de Portos (SNPTA) do Ministério de Infraestrutura, Diogo Piloni, a situação atual é que a eficiência dos terminais privados esbarra em uma série de problemas das autoridades portuárias, como os canais de acesso terrestre e marítimo. O diretor de concessões e privatização do BNDES, Fábio Abrahão, diz que o objetivo é fazer um processo de abertura nos portos. E, para isso, é preciso ter projetos consistentes para que os investidores possam disputar.

***Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.
Assessoria de Comunicação – Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br***